Proposições relacionadas ao meio ambiente
em andamento na Câmara*

TOTAL: 329 PROPOSIÇÕES

Educação ambiental

PL-4048/2008 – deputado Laercio Oliveira (PSDB/SE)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-516/2007)
Data de apresentação: 1/10/2008
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de propaganda gratuita educativa, nos meios de comunicação brasileiros, incentivando a proteção do meio ambiente.

PL-3788/2008 – Rebecca Garcia (PP/AM)
Comissão de Educação e Cultura
Data de apresentação: 5/8/2008
Ementa: Acrescenta o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio.

PL-3681/2008 – deputado José Linhares (PP/CE)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 8/7/2008
Ementa: Institui a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 9.394, de 1996, substitui o termo Educação Ambiental por Educação para o Desenvolvimento Sustentável e estabelece os tópicos que deverão ser abordados na disciplina Educação Ambiental.

PL-3394/2008 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-704/1995)
Data de apresentação: 13/5/2008
Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal - para permitir o trabalho do preso em projetos ambientais.

PL-2173/2007 – deputado Jurandy Loureiro (PSC/ES)
Comissão de Educação e Cultura
Data de apresentação: 4/10/2007
Ementa: Dispõe sobre a exibição obrigatória de filmes de curta duração em todas as salas de cinemas do País, que versam sobre as conseqüências do aquecimento global e a importância da defesa do meio ambiente.

PL-1706/2007 – deputado Rodovalho (DEM/DF)
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
Data de apresentação: 7/8/2007

Ementa: Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências", para inserir a defesa e a proteção ao meio ambiente entre as atividades compatíveis com o serviço voluntário.

PL-518/2007 – deputado Frank Aguiar (PTB/SP) e outros
Comissão de Educação e Cultura
Data de apresentação: 21/3/2007
Ementa: Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Explicação: Aplica o artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

PL-516/2007 – deputado Henrique Fontana (PT/RS)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 21/3/2007
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (emissoras de rádio e televisão) veicularem campanha institucional de educação e preservação ambiental.

PL-5634/2005 – deputado Zé Geraldo (PT/PA)
MESA
Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 12/7/2005
Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar as Escolas Agrotécnicas Federais nos municípios de Altamira e Marabá, no Estado do Pará.

PL-4976/2005 – deputado Mário Heringer (PDT/MG)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 30/3/2005
Ementa: Determina a regionalização do livro didático e dá outras providências.

PL-873/2003 – deputado Armando Monteiro (PMDB/PE)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 30/4/2003
Ementa: Institui o Programa Nacional de Incentivo a Atividades Educacionais, Sociais e de Combate à Pobreza - PAES e cria o Certificado Nacional Empresa-Cidadã.

PL-4743/2001 – Lincoln Portela (PSL/MG)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 23/5/2001
Ementa: Acrescenta incisos aos arts. 36 e 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Explicação: Estabelece que os currículos do ensino médio e superior desenvolverão metodologia capaz de assegurar aos estudantes uma mentalidade sobre a responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais e ambientais.

PL-3082/2000 – deputado Ronaldo Vasconcellos (DEM/MG)
MESA
Data de apresentação: 23/5/2000
Ementa: Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e dá outras providências. Explicação: Obriga os fabricantes de material escolar a publicarem informações sobre locais turísticos no Brasil, observa o limite máximo para o número de cadernos, que conterão informações sobre um mesmo local turístico.

PL-1103/1999 – deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 8/6/1999

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que "dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências". NOVA EMENTA: "Acrescenta § 4º ao art. 32 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VI da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, para obrigar o depósito, na unidade de conservação, de cópia de pesquisa nela realizada." Explicação: Obriga o depósito no acervo da respectiva Estação Ecológica, de cópia de toda pesquisa científica ou cultural ali realizada, seja por meio de impressão, audiovisual, televisão ou fotografia.

PL-4190/1989 – deputado Paulo Mourão (PDC/TO)
MESA
Data de apresentação: 31/10/1989
Ementa: Dispõe sobre o programa "Espaço Ecológico", a ser transmitido, em cadeia, pelas emissoras de rádio e televisão

PDC-1117/2008 – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 7/11/2008
Ementa: Aprova o ato que autoriza a BICUDA - Associação em Defesa da Qualidade de Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

PEC-238/2008 – deputado Iriny Lopes (PT/ES)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 18/3/2008
Ementa: Trata dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, acrescentando a pesquisa, produção e distribuição de etanol e biodiesel ao art. 177 da Constituição Federal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Mudanças climáticas

PL-5415/2009 - Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 10/6/2009
Ementa: Dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas e dá outras providências.

PL-3535/2008 – Poder Executivo
Data de apresentação: 10/6/2008
Ementa: Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Explicação: Visa reduzir as emissões antrópicas por fontes e fortalecer as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.

PL-2635/2007 – deputado Eduardo Valverde (PT/RO)
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2223/2007)
Data de apresentação: 13/12/2007
Ementa: Altera o art. 50, modificando os incisos I e II e acrescentando os incisos VII e VIII e os §§ 4º e 5º, na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, criando o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

PL-328/2007 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2447/2007)
Data de apresentação: 7/3/2007

Ementa: Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências.

Instrumentos ambientais

PL-2072/2003 – deputado Fernando Gabeira (PT/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 24/9/2003
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a fim de dispor sobre a avaliação ambiental estratégica de políticas, planos e programas.

PL-1834/2003 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1254/2003)
Data de apresentação: 28/8/2003
Ementa: Acrescenta um inciso X ao art. 9º e um art. 11-A à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Explicação: Inclui a Auditoria Ambiental entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

PL-4244/2008 – Paulo Teixeira (PT/SP)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Regional
Data de apresentação: 6/11/2008
Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental de usinas alcooleiras.

PL-2946/2008 – deputado Ciro Pedrosa (PV/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 5/3/2008
Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, visando condicionar a paralisação ou desativação de empreendimentos ou atividades licenciados a parecer favorável do órgão ambiental ou outras providências por este julgadas pertinentes.

PL-3957/2004 – deputada Ann Pontes (PMDB/PA)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3729/2004)
Data de apresentação: 7/7/2004
Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental e dá outras providências. Explicação: Regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; revoga o art. 10 da Lei nº 6.938, de 1981 (Lei nº 7.704, de 1989).

PL-3729/2004 – deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 8/6/2004
Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Explicação: Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.

PL-2364/2003 – deputado Paulo Feijó (PSDB/RJ)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1616/1999)
Data de apresentação: 28/10/2003

Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tornando obrigatória a elaboração de Análise de Risco Ambiental - ARA no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente.

PL-1710/2003 – senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 13/8/2003
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas na rede mundial de computadores.

PL-937/2003 – deputado Deley (PV/RJ)
MESA
Data de apresentação: 7/5/2003
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, prevendo o seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, e dá outras providências. Explicação: Estabelece requisitos para concessão de licença ambiental, prevê a contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, auditoria ambiental e contratação de técnicos especializados para acompanhamento do empreendimento.

PL-3220/2000 – deputado Luiz Bittencourt (PMDB/GO)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 14/6/2000
Ementa: Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Explicação: Exigindo que os estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores, afixem placa de licenciamento ambiental, contendo data de emissão e prazo da licença de instalação, da licença de operação e data da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA.

PL-3268/1989 – deputado Koyu Iha (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-710/1988)
Data de apresentação: 8/8/1989
Ementa: Torna obrigatório estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente. Explicação: Regulamenta o disposto no § 1º inciso IV do art. 225 da Constituição Federal de 1988.

PL-710/1988 – deputado Fábio Feldmann (PMDB/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 24/5/1988
Ementa: Torna obrigatórios a elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA)

Fauna

PL-7291/2006 – senador Álvaro Dias (PSDB/PR)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 5/7/2006
Ementa: Dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense.

PL-3292/2004 – deputado Julio Lopes (PP/RJ)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 31/3/2004
Ementa: Dispõe sobre a instalação de recifes artificiais no litoral brasileiro.

PL-3192/2004 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 22/3/2004
Ementa: Transforma os zoológicos e similares existentes em centros de proteção à vida animal. Explicação: Proibe a instalação de zoológicos e transforma os atuais em Centros de Proteção à Vida Animal, com a incubência de recuperar animais silvestres para reinserção em seu "habitat" natural.

PL-2913/2000 – deputado Bispo Wanderval (PR/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2875/2000)
Data de apresentação: 2/5/2000
Ementa: Proíbe a exibição de animais selvagens em circos ou locais públicos e dá outras providências.

PL-4548/1998 – deputado José Thomaz Nonô (PSDB/AL)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 26/5/1998
Ementa: Dá nova redação ao caput do art. 32 da Lei nº 9.605, de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Exclui das sanções penais a pratica de atividade com animal domestico ou domesticado.

PL-1153/1995 – deputado Sérgio Arouca (PPS/RJ)
MESA
Transformado em Norma Jurídica
Data de apresentação: 26/10/1995
Ementa: Regulamenta o inciso VII, do parágrafo 1º do artigo 225, da Constituição Federal, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais, e dá outras providencias. Explicação: regulamentando a Constituição Federal de 1988; dispondo sobre a utilização de cobaia.

PL-687/1995 – deputado Koyu Iha (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 29/6/1995
Ementa: Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.

PL-1148/1988 – Poder Executivo
PLENÁRIO
Data de apresentação: 16/11/1988
Ementa: Dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências Explicação: Dispõe sobre o combate à raiva humana, brucelose, hidatidose e leptospirose, que além de destruirem a saúde humana, acarretam prejuízos à economia diante da perda dos alimentos contaminados; combate também a proliferação de insetos e animais roedores.

Exploração mineral

PL-3061/1992 – deputado Tuga Angerami (PSDB/SP)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 30/7/1992
Ementa: Dispõe sobre atividade mineral em terra indígena. Explicação: Regulamenta o disposto no artigo 231, parágrafo terceiro da Constituição Federal de 1988.

PL-222/1991 – deputado Costa Ferreira (DEM/MA)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 6/3/1991
Ementa: Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas e dá outras providências Explicação: Regulamenta o disposto no § 1º do art. 176 da Constituição Federal de 1988.

PL-738/1991 – deputada Teresa Juca (PDS/RR)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 18/4/1991
Ementa: Estabelece normas para pesquisa e lavra das riquezas minerais em áreas indígenas, de acordo com o artigo 231, parágrafo terceiro da Constituição Federal. Explicação: Regulamenta dispositivos da Constituição Federal de 1988.

PL-692/1991 – deputado Raquel Candido (PDT/RO)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 17/4/1991
Ementa: Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências Explicação: Regulamenta o disposto no art.176 da Constituição Federal de 1988.

PL-5742/1990 – senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
MESA Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 22/8/1990
Ementa: Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas. Explicação: Regulamenta o disposto § 3º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

PL-4563/1989 – Poder Executivo
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1561/1989)
Data de apresentação: 13/12/1989
Ementa: Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º e 231, § 3º da Constituição, e dá outras providências Explicação: Regulamenta o disposto no artigo 176, § 1º e artigo 231, § 3º da Constituição Federal de 1988. Dispõe sobre a proteção às comunidades indígenas e ao meio ambiente.

PL-2193/1989 – deputado Tadeu Franca (PDT/PR)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1561/1989)
Data de apresentação: 27/4/1989
Ementa: Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências. Explicação: Regulamenta o disposto no art. 231,§ 3º da Constituição Federal de 1988. Fixa os requisitos para concessão de autorização de pesquisa e lavra de minério.

PL-1826/1989 – deputado Costa Ferreira (DEM/MA)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1561/1989)
Data de apresentação: 28/3/1989
Ementa: Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas e dá outras providências. Explicação: Regulamenta o disposto no artigo 231, parágrafo terceiro da Constituição Federal de 1988.

PL-740/1988 – deputado Fábio Feldmann (PMDB/SP)
PLENÁRIO

Data de apresentação: 12/3/1988
Ementa: Condiciona a utilização de mercúrio e do cianeto no processo de extração de ouro à sua posterior recuperação, mediante a utilização de técnicas e de equipamentos específicos.

Recursos hídricos

PL-1288/1991 – deputado José Felinto (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-710/1988)
Data de apresentação: 13/6/1991
Ementa: Estabelece normas e procedimentos gerais para a construção de barragens, com vistas à conservação da ictiofauna.

PDC-1138/2008 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Minas e Energia
Data de apresentação: 11/11/2008
Ementa: Determina a sustação do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, do Poder Executivo, por exorbitar do poder regulamentar. Explicação: Decreto que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas.

PL-5071/1990 – deputado Fábio Feldmann (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 28/5/1990
Ementa: Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com os arts. 20, inciso X, e 216, inciso V, da Constituição Federal e dá outras providências Explicação:

PDC-2540/2006 – senador Morizaldo Cavalcanti (PTB/RR)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 21/12/2006
Ementa: Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima. Explicação: Regulamenta a Constituição Federal de 1988.

Reciclagem

PL-5626/2009 – deputada Sueli Vidigal - PDT/ES.
PLEN
Data de apresentação: 15/7/2009
Ementa: Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de politereftalato de etila (PET) ou de qualquer outro tipo de polímero termoplástico com o mesmo objetivo, estabelecidas no País, ficam obrigadas a desenvolver, implantar e manter programas de reciclagem desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde do consumidor final.

PL-4839/2009 - deputado Luciano Pizzatto (DEM/PR)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1857/1999)
Data de apresentação: 11/3/2009
Ementa: Dispõe sobre a coleta e a destinação ambientalmente adequada de embalagens PET.

PL-4532/2008 – deputado Mauro Mariani (PMDB/SC)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 17/12/2008

Ementa: Dispõe sobre o recolhimento e a reciclagem ou destinação final de vidros automotivos inservíveis.

PL-4313/2008 – deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-612/2007)
Data de apresentação: 13/11/2008
Ementa: Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas para o acondicionamento de produtos e mercadorias pelos estabelecimentos comerciais e dos sacos plásticos de lixo por órgãos e entidades públicas e dá outras providências.

PL-4015/2008 – deputado Sueli Vidigal (PDT/ES)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2074/2007)
Data de apresentação: 3/9/2008
Ementa: Institui o Programa de Reciclagem do Óleo de Uso Culinário.

PL-3466/2008 – deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4344/1998)
Data de apresentação: 28/5/2008
Ementa: Dispõe sobre o recolhimento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias inservíveis utilizadas em equipamentos elétricos e eletrônicos.

PL-1259/1995 – deputado Pedro Novais (PMDB/MA)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 28/11/1995
Ementa: Dispõe sobre a reciclagem de pneus inservíveis e dá outras providências. Explicação: Estabelece que a reciclagem e obrigatória na proporção de um pneu para cada outro importado, seja ele novo, usado, recauchutado ou carcaça.

PL-4398/1994 – deputado Fábio Feldmann - PSDB/SP
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4344/1993)
Data de apresentação: 18/1/1994
Ementa: Torna obrigatório aos fabricantes de baterias estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem ou outras formas de reprocessamento após o uso pelos consumidores.

PL-4344/1993 – deputado Fábio Feldmann (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 2/12/1993
Ementa: Torna obrigatório o estabelecimento, pelos fabricantes de pilhas, de mecanismos de disposição final , reciclagem ou outras formas de reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores

PL-1814/1991 – senador Maurício Correa (PDT/DF)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 7/6/1991
Ementa: Exige autorização prévia do Ministério da Saúde e do órgão Ambiental Federal para a importação de resíduos para reciclagem industrial e outros fins, em conformidade com o artigo 225 da Constituição. Explicação: Constituição Federal de 1988.

PEC-129/2007 – deputado Paulo Teixeira (PT/SP)

PLENÁRIO
Data de apresentação: 1/8/2007
Ementa: Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Estabelece uma redução na base de cálculo do IPI de produtos industrializados que utilizem material reciclado. Altera a Constituição Federal de 1988.

PDC-48/2003 – deputado Eduardo Cunha (PPB/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PDC-1/2003)
Data de apresentação: 15/4/2003
Ementa: Susta a aplicação do disposto no Decreto n°4.592, de 11 de fevereiro de 2003, do Poder Executivo. Explicação: Susta a aplicação do Decreto que isenta do pagamento de multa a importação de pneumático (pneu) reformado, recauchutado ou usado, procedente dos Países do Mercosul.

PDC-1/2003 – deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 18/2/2003
Ementa: Susta a aplicação do Decreto nº 4.592, de 11 de fevereiro de 2003, do Poder Executivo, e dá outras providências. Explicação: Susta a aplicação do Decreto que isenta do pagamento de multa a importação de pneumático (pneu) reformado, recauchutado ou usado, procedente dos Estados Partes do MERCOSUL.

Energia

PL-4798/2009 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Mesa Diretora da Câmara
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-630/2003)
Data de apresentação: 5/3/2009
Ementa: Institui o Código Brasileiro de Sustentabilidade Energética.

PL-3820/2008 – Poder Executivo
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2635/2007)
Data de apresentação: 7/8/2008
Ementa: Altera os arts. 6º e 5º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC.

PL-1609/2007 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Data de apresentação: 12/7/2007
Ementa: Dispõe sobre a substituição gradativa, em todo o território nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa, e dá outras providências.

PL-3831/2004 – deputado Carlos Nader (DEM/RJ)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3259/2004)
Data de apresentação: 22/6/2004
Ementa: Dispõe sobre incentivos à geração de energias alternativas e dá outras providências.

PL-2881/2004 – Poder Executivo
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 22/1/2004

Ementa: Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

PL-2501/1992 – Poder Executivo
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 20/3/1992
Ementa: Dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear.

PL-1561/1989 – deputado Carlos Cardinal (PDT/RS)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4916/1990)
Data de apresentação: 1/3/1989
Ementa: Estabelece as condições para pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais energéticos em terras tradicionalmente ocupadas pelos índios Explicação: Exige autorização do Congresso Nacional e cuidados com a preservação do meio ambiente, conforme o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Patrimônio genético

PL-4809/2005 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 23/2/2005
Ementa: Dispõe sobre o monitoramento dos efeitos dos organismos geneticamente modificados e de seus derivados no meio ambiente e na saúde humana e animal.

PL-4510/2004 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 24/11/2004
Ementa: Dispõe sobre o monitoramento dos efeitos dos organismos geneticamente modificados e seus derivados no meio ambiente e na saúde humana e animal e dá outras providências.

PL-7211/2002 – Poder Executivo
PLENÁRIO
Data de apresentação: 2/10/2002
Ementa: Acrescenta artigos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Explicação: Penaliza a extração de material genético da flora e fauna brasileira, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, para pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, em desacordo com as leis ambientais, nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, para fins econômicos ou ilícitos.

PL-1953/1999 – deputado Silas Câmara (PR/AM)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4842/1998)
Data de apresentação: 28/10/1999
Ementa: Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15, 16.3 e 16.4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, sobre a repartição de benefícios e Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia derivados de sua utilização, e dá outras providências. Explicação: Estabelece normas para o combate à biopirataria; regulamenta a Constituição Federal de 1988.

PL-4842/1998 - senadora Marina Silva (PT/AC)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 18/11/1998

Ementa: Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados e dá outras providências. Explicação: Inclui sanções penais para os crimes contra o patrimônio genético, visando combater a biopirataria; regulamenta a Constituição Federal de 1988.

PL-4579/1998 – deputado Jaques Wagner (PT/BA)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4842/1998)
Data de apresentação: 2/6/1998
Ementa: Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados, a proteção ao conhecimento tradicional a eles associados, e dá outras providências. Explicação: Inclui sanções penais para os crimes contra o patrimônio genético, visando combater a biopirataria; regulamenta a Constituição Federal de 1988.

Áreas protegidas

PL-5367/2009 - deputado Valdir Colatto (PMDB/SC)
PLENÁRIO
Tramita apensado ao PL 1876 de 1999
Data de apresentação: 3/6/2009
Ementa: Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano; revoga o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981 e 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 7º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

PL-5226/2009 – deputado Leonardo Monteiro (PT/MG) e outros.
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1876/1999)
Data de apresentação: 14/5/2009
Ementa: Dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 9.605, de 1998 e revoga as Leis nºs 4.771, de 1965 e 7.754, de 1989.

PL-5020/2009 – deputado Anselmo de Jesus (PT/RO)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 8/4/2009
Ementa: Altera e acresce dispositivos à Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal Brasileiro. Explicação: Estabelece que a definição de pequena propriedade rural ou posse rural familiar deve ser a utilizada pela Lei nº 11.326, de 2006; reduz os percentuais para recomposição da reserva legal de floresta localizada na Amazônia Legal para os proprietários ou possuidores de imóveis rurais de um a quatro módulos fiscais.

PL-4999/2009 – Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
Data de apresentação: 7/4/2009
Ementa: Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Encontro das Águas, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

PL-4519/2008 – deputado Lira Maia (DEM/PA)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4006/2008)
Data de apresentação: 17/12/2008

Ementa: Acrescenta § 12 ao Inciso IV do art. 16 da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1975, que "Institui o Novo Código Florestal". Explicação: Equipara às áreas de cerrado, as áreas antropizadas na Amazônia Legal.

PL-4006/2008 – deputado Max Rosenmann (PMDB/PR)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 3/9/2008
Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), no que diz respeito à área de preservação permanente e à reserva legal.

PL-3549/2008 – Dr. Ubiali - PSB/SP
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2062/2007)
Data de apresentação: 11/6/2008
Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no que diz respeito às áreas de preservação permanente ocupadas por rancheiros, clubes de lazer e recreação, chacareiros e congêneres.

PL-3460/2008 – deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-7397/2006)
Data de apresentação: 27/5/2008
Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), aumentando a largura das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água e em torno das nascentes.

PL-3225/2008 – deputado João Dado (PDT/SP)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 9/4/2008
Ementa: Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. Explicação: Permite seja feito o cômputo das Áreas de Preservação Permanente-APP no cálculo do percentual de reserva legal, desde que a APP esteja totalmente preservada ou recomposta, e não implique em conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.

PL-3168/2008 – deputado Juvenil (PRTB/MG)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 2/4/2008
Ementa: Veda a autorização, por qualquer órgão fiscalizador, de corte, no todo ou em parte, de matas renováveis que tenham substituído matas nativas, em percentuais excedentes aos da reserva legal.

PL-4433/2008 – deputado Ernandes Amorim (PTB /RO)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de Apresentação: 03/12/2008
Ementa: Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV e dá outras providências.
Explicação da Ementa: Estabelece garantia de alocação de recursos para que as desapropriações não atrasem o processo de criação das unidades de conservação.

PL-2062/2007 – deputado Guilherme Campos (DEM/SP)
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-7397/2006)
Data de apresentação: 19/9/2007
Ementa: Admite a regularização de clubes de lazer e recreação e outros empreendimentos implantados em desacordo com a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, nas condições que especifica.

PL-1626/2007 – deputado Augusto Carvalho (PPS/DF)
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
Data de apresentação: 12/7/2007
Ementa: Dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central.

PL-1207/2007 – deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB /PA)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Apensado (a) ao(a): PL-6424/2005
Data de Apresentação: 30/05/2007
Ementa: Altera e acresce dispositivos à Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Reduz para 50% (cinquenta por cento) o percentual destinado à reserva legal da propriedade rural localizada na Amazônia Legal, definindo critérios para a recomposição e compensação das áreas de reserva legal degradadas, mediante plantio de espécies arbóreas perenes, nativas ou exóticas, inclusive palmáceas, como o dendê.

PL-648/2007 – deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 3/4/2007
Ementa: Altera o art. 16 da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965. Explicação: Fixa os percentuais de restrição para exploração de propriedades rurais em florestas e cerrados da Amazônia Legal, em florestas nativas e campos gerais em qualquer região do País. Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001.

PL-6424/2005 – senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 14/12/2005
Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas
Proposição originária: PLS 110/2005

PL-4524/2004 – deputado Enio Bacci (PDT/RS)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1876/1999)
Data de apresentação: 24/11/2004
Ementa: Altera o Código Florestal com preferencial reposição mínima de 50% (cinqüenta por cento) de espécies nativas e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 4.771, de 1965.

PL-1015/2003 – deputado Ricardo Izar (PTB/SP)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1616/1999)
Data de apresentação: 20/5/2003
Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Explicação: Proibe a prática de atividade agropecuária em uma faixa de 500 (quinhentos) metros ao redor de reservatório de água destinada ao abastecimento público ou à geração de energia elétrica.

PL-1714/1999 – deputado Wilson Santos (PMDB/MT)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3503/1997)
Data de apresentação: 21/9/1999
Ementa: Declara o Pantanal Matogrossense área reservada para os fins e usos especiais que especifica, e dá outras providências.

PL-1876/1999 – deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO)
PLENÁRIO

Data de apresentação: 19/10/1999
Ementa: Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências. Explicação: Revoga a Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal); altera a Lei nº 9.605, de 1998.

PL-1077/1999 – deputado Euler Morais (PMDB/GO)
MESA
Data de apresentação: 2/6/1999
Ementa: Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.

PL-16/1999 – deputado Paulo Rocha (PT/PA)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 3/2/1999
Ementa: Dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Norte e ao norte da região Centro-Oeste. Explicação: Revoga o art. 44 da Lei nº 4.771, de 1965.

PL-2331/1991 – deputada Magalhães Teixeira
PLENÁRIO
Data de apresentação: 26/2/1991
Ementa: Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA, no Distrito de Joaquim Egídio, Município de Campinas, Estado de São Paulo.

PL-2160/1991 – Poder Executivo
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2057/1991)
Data de apresentação: 15/6/1991
Ementa: Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Explicação: Lei n° 6.001 de 1973.

PL-2057/1991 – deputado Aloizio Mercadante (PT/SP)
MESA
Data de apresentação: 23/10/1991
Ementa: Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Explicação: Co-autor: Deputado Fábio Feldmann - PSDB/SP. Co-autor: Deputado Jose Carlos Sabóia - PSB/MA. Co-autor: Deputado Nelson Jobim - PMDB/RS. Co-autor: Sidney de Miguel - PDT/RJ. Bloco.

PL-1828/1991 – senador Maurício Correa (PDT/DF)
MESA
Data de apresentação: 3/10/1991
Ementa: Dispõe sobre o livre acesso às praias de terrenos de marinha e seu uso público.

PL-1498/1991 – deputado Antonio de Jesus (PMDB/GO)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 20/9/1991
Ementa: Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins.

PEC-237/2008 – deputado Pedro Wilson (PT/GO)

Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 18/3/2008
Ementa: Modifica o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Pampa na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-224/2008 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 21/2/2008

Ementa: Modifica-se a redação do artigo 243 da Constituição Federal. Explicação: Expropria glebas de terras de propriedades e áreas situadas na Amazônia Legal, que desrespeitam a obrigação de reserva legal de floresta nativa e estabelece o confisco de equipamentos, veículos e outros, utilizados para a prática de ilícito ambiental. Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-161/2007 – deputado Celso Maldaner (PMDB/SC)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 20/9/2007
Ementa: Altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da Constituição Federal, e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-258/2004 – deputado Carlos Souza (PR/AM) e outros
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 7/4/2004
Ementa: Dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, devendo a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, também conhecidos por unidades de conservação, ser submetida a audiência das Assembléias Legislativas dos Estados em cujos territórios incidam. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-188/2003 – deputado Sandes Júnior (PP/GO) e outros
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-115/1995)
Data de apresentação: 29/10/2003
Ementa: Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federa, incluindo o Cerrado na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-176/2003 – deputado Sandes Júnior (PP/GO)
MESA
Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 8/10/2003
Ementa: Modifica o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-171/2003 – deputado Barbosa Neto (PMDB/GO)
MESA
Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 24/9/2003
Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição, incluindo os Ecossistemas Marinhos, o Cerrado, a Caatinga e os Campos Sulinos dentre os biomas considerados Patrimônio Nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-131/2003 – deputada Terezinha Fernandes (PT/MA) e outros
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-150/1995)
Data de apresentação: 7/8/2003
Ementa: Inclui o Cerrado e a Caatinga nos biomas considerados patrimônio nacional, dando nova redação ao §4º do artigo 225 da Constituição Federal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-100/2003 - deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)
PLENÁRIO

Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-150/1995)
Data de apresentação: 12/6/2003
Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Consituição Federal, incluindo o Cerrado e a Caatinga nos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-483/2001 – senador RAMEZ TEBET (PMDB/MS)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 13/12/2001
Ementa: Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Pantanal Mato-Grossense como patrimônio nacional. Explicação: Alterando a Constituição Federal de 1988.

PEC-131/1999 – Nair Xavier Lobo (PMDB/GO)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-115/1995)
Data de apresentação: 7/10/1999
Ementa: Modifica o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-60/1999 – deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-115/1995)
Data de apresentação: 22/6/1999
Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 225, incluindo o Cerrado entre os biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-150/1995 - deputado Pedro Wilson (PT/GO)
PLEN
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-115/1995)
Data de apresentação: 29/6/1995
Ementa: Inclui o Cerrado e a Caatinga nos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal.

PEC-115/1995 – deputado GERVASIO OLIVEIRA (PSB/AP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 6/6/1995
Ementa: Modifica o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na relação dos biomas considerados patrimônio nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PDC-1642/2009 – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Data de apresentação: 18/6/2009
Ementa: Autoriza a União a ceder ao Estado de Rondônia, a título de utilização gratuita, imóvel rural de sua propriedade, situado na Gleba Jacy-Paraná, no Município de Porto Velho. Explicação: Com vistas à regularização da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Vermelho "C".

PDC-1641/2009 – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Data de apresentação: 18/6/2009
Ementa: Aprova a cessão ao Estado de Rondônia, do imóvel da União com área de 15.486,4768 ha, situado no Município de Porto Velho, naquele Estado, objeto do Processo nº 54000.000883/00-77, o que possibilitará a regularização da Estação Ecológica Estadual Antonio Múgica Nava.

Responsabilização, sanções e danos ambientais

PL-5300/2009 – deputada Cida Diogo (PT/RJ)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1616/1999)
Data de apresentação: 27/5/2009
Ementa: Estabelece, como condição obrigatória para a outorga de captação de água, o reflorestamento das matas ciliares, a cargo das empresas outorgadas, na forma que menciona, estabelece sanções e dá outras providências.

PL-4957/2009 – deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)
Comissão de Minas e Energia
Data de apresentação: 31/3/2009
Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Explicação: Tipifica o crime de contrabando, porte e extração indevida de minério radioativo.

PL-4820/2009 – deputado João Herrmann (PDT/SP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 10/3/2009
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Estabelece penalidade e requisitos para que o infrator realize a recomposição completa da área degradada, através da execução do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRADE, elaborado por órgão competente do Sisnama.

PL-4757/2009 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 3/3/2009
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Enquadra o desmatamento de vegetação nativa como crime ambiental quando não autorizado pelo órgão ambiental competente.

PL-4489/2008 – deputado Renato Amary (PSDB/SP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1965/2007)
Data de apresentação: 10/12/2008
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, quanto às regras sobre apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime.

PL-4297/2008 – deputado Homero Pereira (PR/MT)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 12/11/2008
Ementa: Altera o art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para especificar a destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental.

PL-4173/2008 – deputado Juvenil (PRTB/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 28/10/2008
Ementa: Revoga o art. 1.291 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Explicação: Revoga o artigo que possiblitava ao agente poluidor de recursos hídricos a reparação do dano ao meio ambiente por ressarcimento, impedindo a figura do "poluidor-pagador".

PL-3876/2008 – deputado Rogerio Lisboa (DEM/RJ)

Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2313/2003)
Data de apresentação: 13/8/2008
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, prevendo a contratação opcional de seguro de responsabilidade civil por risco e dano ambiental, no momento da emissão da licença ambiental prévia, como forma de permitir o início imediato da obra e dá outras providências

PL-3639/2008 – deputada Rebecca Garcia (PP/AM)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-80/2007)
Data de apresentação: 1/7/2008
Ementa: Majora a pena de condutas lesivas ao meio ambiente. Explicação: Altera a Lei nº 9.605, de 1998.

PDC-982/2008 – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 15/10/2008
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências."

PL-2659/2007 – deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 18/12/2007
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para responsabilizar o empreendimento ou atividade pelos resíduos sólidos gerados.

PL-4395/2008 – deputado Rose de Freitas (PMDB /ES)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de Apresentação: 26/11/2008
Tramitando apensado(a) ao(a): PL-1876/1999
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ampliando a aplicação de sanções nos crimes contra a flora.

PL-2243/2007 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão de Finanças e Tecnologia
Data de apresentação: 17/10/2007
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a pessoa jurídica com débitos previdenciários ou fiscais e condenação transitada em julgada por crime ambiental, de obter subsídios, subvenções ou doações da Administração Pública.

PL-6794/2006 – deputado João Campos (PSDB/GO)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4225/2004)
Data de apresentação: 23/3/2006
Ementa: Acrescenta o art. 61-A à Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para incluir o crime de biopirataria e tráfico de animais e plantas.

PL-6564/2006 – Comissão de Legislação Participativa
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-6021/2005)
Data de apresentação: 30/1/2006

Ementa: Altera dispositivos da Lei n° 7.347, de 24 de Julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências. Explicação: Altera a sistemática do inquérito civil e da citação nas ações coletivas.

PL-6021/2005 – deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 6/10/2005
Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 8º e os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 11 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que "disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências". Explicação: Autoriza o juiz a estabelecer determinações ao autor do fato legal, bem como fixar multa pelo descumprimento de norma legal.

PL-5435/2005 – deputado Ivo José (PT/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3729/2004)
Data de apresentação: 15/6/2005
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 1981, para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental. Explicação: Exigindo, no âmbito do processo ambiental, a apresentação de plano de gestão de riscos ambientais e garantias reais para recuperação de danos ambientais.

PL-4444/2004 – Iris Simões (PTB/PR)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4378/1998)
Data de apresentação: 17/11/2004
Ementa: Altera a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Explicação: Responsabiliza a agroindústria à qual o produtor rural esteja integrado, quando o contrato estabelecer condições que induzam ao uso de agrotóxicos ou afins e, ao longo do contrato a empresa agroindustrial não cumprir com as normas de proteção do trabalhador rural.

PL-4184/2004 – deputado Alberto Fraga (PTB/DF)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-347/2003)
Data de apresentação: 29/9/2004
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para incluir o crime de tráfico de organismo vivo, e dá outras providências.

PL-2694/2003 – deputado Leonardo Mattos (PV/MG)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2378/2003)
Data de apresentação: 9/12/2003
Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Torna Crime contra o Meio Ambiente o furto, roubo, aquisição, transporte ou ocultação de bens pertencentes ao patrimônio cultural, religioso, artístico, histórico e arqueológico nacional.

PL-2313/2003 – Comissão de Legislação Participativa
Comissão de Constituição e Justiça

Data de apresentação: 15/10/2003
Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências. Explicação: Implementa o seguro de responsabilidade civil do poluidor, pessoa física ou jurídica que exerça atividade econômica potencialmente causadora de degradação ambiental.

PL-1090/2003 – senadora Kátia Abreu (DEM/TO)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-347/2003)
Data de apresentação: 27/5/2003
Ementa: Altera o art. 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Explicação: Fixa a pena de reclusão de um a quatro anos para crime ambiental contra a fauna silvestre; aumenta até o quádruplo se cometido com o fim de remessa de exemplar para o exterior.

PL-557/2003 – deputado João Herrmann Neto (PPS/SP)
MESA
Data de apresentação: 27/3/2003
Ementa: Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 1985. Explicação: Altera a Lei nº 8.078, de 1990.

PL-4435/2001 – deputado João Grandão (PT/MS) e outros
MESA
Data de apresentação: 4/4/2001
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. Explicação: Revoga dispositivos da Lei nº 4.771, de 1965 e da Lei nº 5.197, de 1967.

PL-2016/1999 – deputado Geraldo Magela (PT/DF)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3187/1997)
Data de apresentação: 10/11/1999
Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Exclui o grafite dos crimes contra o ordenamento urbano por tratar-se de arte com utilização de "spray", e não ato predatório.

PL-4602/1998 – deputado Sarney Filho (DEM/MA)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4548/1998)
Data de apresentação: 9/6/1998
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências". Explicação: Tipifica como crime ambiental, o uso de fogo em floresta sem as precauções necessárias; a exportação de espécie vegetal nativa, sem autorização ou licença da autoridade competente; a importação ou comercialização de substancia ou produto toxico ou potencialmente perigoso ao meio ambiente e a saúde publica, cuja comercialização seja proibida em seu pais de origem; e importação de resíduos tóxicos ou potencialmente perigoso; fixando penalidade e dispondo que as sanções não serão cumulativas.

PL-1154/1991 – deputado MAGALHAES TEIXEIRA (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1137/1991)
Data de apresentação: 29/5/1991

Ementa: Proíbe a importação do lixo nuclear.

PL-1137/1991 – LAPROVITA VIEIRA (PMDB/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1814/1991)
Data de apresentação: 28/5/1991
Ementa: Dispõe sobre a proibição de importação do lixo atômico

PL-447/1991 – deputado Ary Kara (PMDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1814/1991)
Data de apresentação: 21/3/1991
Ementa: Veda a importação de resíduos tóxicos e dá outras providências. Explicação: Proibea importação de lixo tóxico sob pretexto de utilizar o material em projetos de reciclagem.

PL-2579/1989 – deputado LEOPOLDO BESSONE (PMDB/MG)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1635/1989)
Data de apresentação: 1/6/1989
Ementa: Dispõe sobre o meio ambiente. Explicação: Cumpre o disposto no artigo quinto, inciso LXXIII, artigo 23, inciso VI, artigo 24, incisos VI e VIII, artigo 129, inciso III, artigo 170, inciso VI, artigo 174, parágrafo terceiro, artigo 200, inciso VIII, artigo 216, inciso V e artigo 225, da Constituição Federal de 1988. Dispõe sobre a ação popular para anulação de atos lesivos ao meio ambiente, a responsabilidade e a indenização de perdas e danos, a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para autorização de obras que afetem o meio ambiente.

PL-1635/1989 – senador Gastão Muller (PMDB/MT)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 14/3/1989
Ementa: Isenta de todas as custas judiciárias e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando à preservação do meio ambiente. Explicação: Considera preservação do meio ambiente, as finalidades da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA.

PEC-588/2002 – deputado Paes Landim (DEM/PI)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 11/12/2002
Ementa: Altera o caput do art. 142 e acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal. Explicação: Incluindo dentre as competências das Forças Armadas a defesa, a preservação e a recuperação do meio ambiente; Alterando a Constituição Federal de 1988.

PEC-524/2002 – senador ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 16/4/2002
Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Explicação: Incluindo o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; alterando a Constituição Federal de 1988.

PEC-412/2001 – senador JEFFERSON PERES (PDT/AM)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 4/9/2001
Ementa: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos para instituir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Explicação: Alterando a Constituição Federal de 1988, incluindo os artigos 84 e 85 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PDC-1375/2009 – deputado Homero Pereira (PR/MT)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 18/2/2009
Ementa: Determina a sustação do Decreto nº 6.695, de 15 de dezembro de 2008, que dá nova redação ao art. 152-A do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências.

PDC-1347/2008 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Tramitando em Conjunto (Apensada à PDC-794/2008)
Data de apresentação: 17/12/2008
Ementa: Determina a sustação do art. 55 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, na redação que lhe dá o Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008, por haver este ato normativo do Poder Executivo exorbitado do poder regulamentar que a Constituição da Republica Federativa do Brasil lhe confere.

PDC-794/2008 - deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 4/8/2008
Ementa: Determina a sustação do artigo 55 do Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008, do Poder Executivo, por exorbitar do poder regulamentar. Explicação: Susta o artigo 55 do Decreto nº 6.514, de 2008.

Responsabilidade ambiental

PL-3613/2008 – deputado José Guimarães (PT/CE)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3407/2004)
Data de apresentação: 24/6/2008
Ementa: Dispõe sobre a exigência de publicação de balanço social pelas empresas e dá outras providências.

PL-371/2007 – deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 13/3/2007
Ementa: Dispõe sobre a elaboração e divulgação da lista anual das 50 (cinqüenta) maiores empresas ou pessoas físicas responsáveis pelo desmatamento das florestas e demais formas de vegetação no território nacional, e dá outras providências.

PL-24/2007 – deputado Dr. Rosinha (PT/PR)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 5/2/2007
Ementa: Dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados.

PL-5979/2001 – Comissão de Viação e Transportes
PLENÁRIO
Data de apresentação: 18/12/2001
Ementa: Acrescenta o art. 66-A e altera a redação do "caput" do art. 104 na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e estabelece normas referentes à Inspeção Técnica Veicular - ITV.

PL-5757/2001 – deputado Remi Trinta (PR/MA)
PLENÁRIO

Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 23/11/2001
Ementa: Atribui aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados e dá outras providências.

PL-5349/2001 – deputado Marcos Afonso (PT/AC)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 18/9/2001
Ementa: Obriga as empresas de refrigerantes e similares e recolherem os vasilhames de seus produtos.

PL-4136/2001 – deputado Ronaldo Vasconcellos (PR/MG)

PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 20/2/2001
Ementa: Torna obrigatória a adoção, pelas indústrias que utilizam, em seus processos produtivos, substâncias que contenham mercúrio, a adoção de medidas de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

PL-2815/2000 - Ronaldo Vasconcellos (DEM/MG)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 11/4/2000
Ementa: Dispõe sobre o registro de produtos que gerem resíduos perigosos e dá outras providências. Explicação: Obriga os fabricantes de produtos que contenham resíduos perigosos informarem na embalagem os riscos e procedimentos emergenciais em caso de consumo ou contaminação e a implantação de operação de coleta e armazenamento destes, independente do sistema público de limpeza urbana.

PL-1633/1999 – deputada Laura Carneiro (DEM/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1917/1999)
Data de apresentação: 2/9/1999
Ementa: Dispõe sobre a responsabilidade dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias pelo recolhimento e aproveitamento desses produtos após o uso pelo consumidor e dá outras providências.

PL-32/1999 – deputado Paulo Rocha (PT/PA)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Data de apresentação: 3/2/1999
Ementa: Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

PL-4889/1999 – deputado Cunha Bueno (PPB/DF) e outros
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3876/1997)
Data de apresentação: 7/1/1999
Ementa: Dispõe sobre a Inspeção Técnica de Veículos Automotores e o Programa de Inspeção Técnica de Veículos Automotores. Explicação: Alterando a Lei nº 9.503, de 1997.

PL-2250/1996 – deputado Fernando Ferro (PT/PE)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 7/8/1996
Ementa: Dispõe sobre a exigência de responsável técnico nos estabelecimentos de comercialização e depósitos de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Competências (criação de órgãos, programas, projetos, distribuição de competência, etc)

PL-4161/2008 – deputado Paulo Piau (PMDB/MG)
Mesa Diretora da Câmara
Data de apresentação: 28/10/2008
Ementa: Dá nova redação ao § 1º do art. 70 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Explicação: Estabelece a competência dos servidores de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização do patrimônio cultural, de lavrarem auto de infração ambiental.

PL-3342/2008 – deputado Homero Pereira (PR/MT)
Data de apresentação: 29/4/2008
Ementa: Altera, acresce e suprime dispositivos das Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 21 de dezembro de 2006, unificando os institutos da servidão florestal e da servidão ambiental. Explicação: Institui o título representativo da servidão ambiental denominado Cota de Reserva Ambiental - CRA.

PL-2029/2007 – deputado Betinho Rosado (DEM/RN)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3729/2004)
Data de apresentação: 13/9/2007
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dispondo sobre atribuições dos Municípios. Explicação: Confere aos municípios a competência para exercer o poder de polícia ambiental.

PL-1129/2007 – deputado Rogerio Lisboa (DEM/RJ)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 22/5/2007
Ementa: Altera a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a garantir que somente empresas e consultores certificados pelo IBAMA possam elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental para fins de licenciamento.

PL-1105/2007 – deputado Alexandre Silveira - PPS/MG
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
Data de apresentação: 17/5/2007
Ementa: Regulamenta a Profissão de Técnico de Meio Ambiente.

PL-906/2007 – deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)
Mesa Diretora da Câmara
Data de apresentação: 26/4/2007
Ementa: Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências. Explicação: Inclui uma Diretoria de Meio Ambiente nas Agências Reguladoras.

PL-905/2007 – deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG**)**
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-386/2007)
Data de apresentação: 26/4/2007
Ementa: Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e fixa critérios ambientais para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública. Explicação: Cria mecanismos de defesa e preservação do meio ambiente para as obras públicas licitadas.

PL-903/2007 – deputado José Fernando Aparecido de Oliveira - PV/MG
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 26/4/2007
Ementa: Dispõe sobre a política mineral nacional, institui o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Recursos Minerais e dá outras providências.

PL-7008/2006 – Professor Irapuan Teixeira (PP/SP)
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 10/5/2006
Ementa: Dispõe sobre o policiamento ambiental.

PL-7003/2006 – senador José Sarney (PMDB/AP)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 9/5/2006
Ementa: Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios Federais nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

PL-6032/2005 – Poder Executivo
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-3497/2004)
Data de apresentação: 6/10/2005
Ementa: Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Bioética e dá outras providências.
Explicação: Criando o CNBioética.

PL-5995/2005 – senador José Sarney (PMDB/AP)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 4/10/2005
Ementa: Institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e acrescenta § 2º ao art. 13 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

PL-5268/2005 – deputado Carlos Nader (PR/RJ)
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 18/5/2005
Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa de Proteção ao Meio Ambiente na Secretaria do Meio Ambiente.

PDC-1826/2005 – deputada Marinha Raupp (PMDB/RO)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 9/8/2005
Ementa: Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

PL-4529/2004 – Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Benjamin Maranhão - PMDB/PB.
PLENÁRIO
Data de apresentação: 25/11/2004
Ementa: Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 6.494, de 1977 (Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001); revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (Lei nº 10.097, de 2000) e a Medida Provisória nº 2.208, de 2001.

PL-3248/2004 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal
PLENÁRIO
Data de apresentação: 26/3/2004

Ementa: Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios. _NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003. Explicação: Implanta novas circunscrições e varas judiciárias; cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa (Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e Territórios), a Ouvidoria-Geral e o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal - PROJUS.

PL-2589/2003 – deputado Nilson Mourão (PT/AC)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1154/1995)
Data de apresentação: 25/11/2003
Ementa: Acrescenta inciso VI ao parágrafo único do art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a comprovação de atividade rural dos agricultores que ocupam área de preservação ambiental e reservas extrativistas seja feita por meio de declaração do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

PL-2374/2003 – deputado Sandro Mabel (PR/GO)
MESA
Data de apresentação: 29/10/2003
Ementa: Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

PL-2123/2003 – deputado Ricardo Izar (PTB/SP)
MESA
Data de apresentação: 1/10/2003
Ementa: Acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Explicação: Estabelece a competência da legislação municipal para disciplinar a preservação do meio ambiente municipal.

PL-1830/2003 – deputado Vander Loubet (PT/MS)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 28/8/2003
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Explicação: Estabelecendo que as ações para indenização de danos ambientais, onde não exista Vara da Justiça Federal, serão propostas na comarca da Justiça Comum Estadual.

PL-1254/2003 – deputado César Medeiros (PT/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 12/6/2003
Ementa: Dispõe sobre as auditorias ambientais e a contabilidade dos passivos e ativos ambientais. Explicação: Altera a Lei nº 6.938, de 1981.

PL-1131/2003 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 28/5/2003
Ementa: Estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão receber os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente após a instituição de seus respectivos Conselhos de Meio Ambiente. Explicação: Altera a Lei nº 7.797, de 1989

PL-545/2003 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 27/3/2003
Ementa: Cria os Comitês Florestais.

PL-5405/2001 – deputado Alberto Fraga (PMDB/DF)

Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 25/9/2001
Ementa: Determina a obrigatoriedade de existência nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios de unidades especializadas de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais, e dá outras providências.

PL-4940/2001 – senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 28/6/2001
Ementa: Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

PL-3391/2000 – Poder Executivo
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 26/7/2000
Ementa: Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o imóvel que menciona, e dá outras providências.

PL-3503/1997 – senador Julio Campos (DEM/MT)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 26/8/1997
Ementa: Regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense. Explicação: Cria o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, regulamentando a Constituição Federal de 1988.

PL-5139/2009 – Poder Executivo
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 29/4/2009
Ementa: Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências. Explicação: Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.

PL-6055/1990 - deputado Haroldo Saboia (PDT/MA)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1560/1989)
Data de apresentação: 12/12/1990
Ementa: Dispõe sobre as águas em depósito decorrentes de obras da União, em conformidade com o artigo 26, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Explicação: Dispõe sobre a execução de obras da União em águas consideradas bens dos estados, Regulamenta o disposto no artigo 26, inciso I da Constituição Federal de 1988.

PEC-185/2007 – deputado Sarney Filho (PV/MA)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-588/2002)
Data de apresentação: 6/11/2007
Ementa: Acrescenta inciso ao § 1º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo entre as atribuições das Forças Armadas a cooperação no combate aos incêndios florestais e na proteção da integridade das Unidades de Conservação Federais. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

PDC-616/2008 - deputado Fernando Chucre (PSDB/SP)
Comissão do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de apresentação: 5/6/2008
Ementa: Susta a aplicação do art. 3º, inciso IX, alínea "a", da Resolução nº 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. Explicação: Dispositivo que considera como área de preservação permanente - APP, a área de restinga, em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima.

Uso de substâncias

PL-4336/2008 – deputado Edson Duarte (PV/BA)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 19/11/2008
Ementa: Acresce dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, estendendo a proibição de registro aos agrotóxicos e afins que tenham como ingrediente ativo o endossulfam, pertencente ao grupo químico ciclodienoclorado.

PL-3114/2008 – senador Papaléo Paes (PSDB/AP)
Comissão de Seguridade Social e Família
Data de apresentação: 27/3/2008
Ementa: Dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública.

PL-630/2007 – deputado Fábio Souto (DEM/BA)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 3/4/2007
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos, de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás, e dá outras providências.

PL-7067/2006 – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2751/2003)
Data de apresentação: 17/5/2006
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento de fontes radioativas no País e dá outras providências.

PL-4076/2004 – deputado Lobbe Neto (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 24/8/2004
Ementa: Proíbe o uso de chumbo e seus derivados em materiais de pesca. Explicação: Substitui as atuais chumbadas para pesca por chumbadas ecológicas.

PL-740/2003 – deputado Dr. Rosinha (PT/PR)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 14/4/2003
Ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Explicação: Estabelece que a aplicação aérea de agrotóxicos não poderá causar perdas ou danos às áreas vizinhas e deverá ser prescrita por profissional habilitado; proibindo a utilização do ácido 2,4 - diclorofenoxiacético.

PL-6385/2002 – senador Tião Viana (PT/AC)
MESA
Transformado em Norma Jurídica
Data de apresentação: 20/3/2002

Ementa: Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloretano (DDT) e dá outras providências.

PL-3125/2000 – deputado Luis Carlos Heinze (PPB/RS)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2495/2000)
Data de apresentação: 26/5/2000
Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção de agrotóxicos e afins, e dá outras providências. Explicação: Define produto similar, princípio ativo, produto novo e exclui a expressão "componentes" do texto da lei; estabelece que o processo de registro será feito no Ministério responsável pelo setor do respectivo produto agrotóxico.

PL-2495/2000 – deputado Fernando Coruja (PDT/SC)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-6299/2002)
Data de apresentação: 23/2/2000
Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o registro de produtos fitossanitários genéricos, e dá outras providências. Explicação: Define o produto fitossanitário genérico como sendo o agrotóxico que comprove não conter substância contaminante prejudicial à saúde ou ao meio ambiente.

PL-1946/1991 – deputado Nelson Proença (PMDB/RS)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-975/1988)
Data de apresentação: 2/10/1991
Ementa: Proibe a utilização de embalagens descartáveis espumadas em cujo processo de fabricação tenha sido empregado o clorofluorcarbono (CFC) como agente expansor e dá outras providências.

PL-975/1988 - senador FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SC)
Data de apresentação: 19/9/1988
Ementa: Proíbe a produção, comercialização e utilização, em todo o território nacional, de aerossóis que contenham clorofluorcabono, e dá outras providências.

PL-906/1988 – deputado CESAR CALS NETO (PDS/CE)

Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-975/1988)
Data de apresentação: 13/9/1988
Ementa: Dispõe sobre a produção, comercialização, utilização e fiscalização de produtos de clorofluorcarbono halogenados (CFC 11, 12, 113, 114 e 115 e Halon 1211, 1311 e 2402) e dá outras providências, nos termos do Protocolo de Montreal. Explicação: Limita a produção e comercialização de clorofluorcarbono halogenado, em todas as suas formas de emprego, até substituí-lo por gases substitutivos de menor ou nulo efeito danoso à camada de ozônio da atmosfera, proibe sua utilização como gás propelente de produto apresentado em aerosol, ressalvando-se os casos de produtos imprescindíveis, e desde que não exista substituto, cuja aprovação será feita pelo orgão federal competente.

Recursos para o meio ambiente

PL-5202/2009 - Janete Capiberibe - PSB/AP
Comissão de Meio Ambiente

Data de apresentação: 12/5/2009
Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir condicionantes relativos à biodiversidade amazônica na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Explicação: Obriga que 50 % (cinquenta por cento) dos recursos aplicados pelo FNO sejam destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas que utilizem espécies animais e vegetais pertencentes à biodiversidade amazônica.

PEC-287/2008 – Poder Executivo
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-524/2002)
Data de apresentação: 20/8/2008
Ementa: Acresce o art. 96 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio São Francisco. Explicação: Cria o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Altera a Constituição Federal de 1988.

PL-3226/2008 – senador Papaleo Paes (PSDB/AP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 9/4/2008
Ementa: Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas.

PL-562/2007 – deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 26/3/2007
Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que "cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências". Explicação: Estabelece que os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente destinados aos fundos ambientais ou socioambientais instituídos por Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, serão exclusivamente aplicados em combate à poluição, recuperação e desenvolvimento ambiental.

PL-295/2007 – deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 5/3/2007
Ementa: Cria o Fundo de Emergência, com os recursos que especifica, para atendimento aos Estados e Municípios atingidos por desastres climáticos.

PL-143/2003 – deputado Luciano Castro (PR/RR)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 21/2/2003
Ementa: Disciplina a captação de recursos financeiros para projetos ambientais e dá outras providências.

PL-6131/2002 – deputado Lincoln Portela (PR-MG)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 26/2/2002
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere aos instrumentos do crime. Explicação: Destina ao Fundo Nacional do Meio Ambiente os recursos obtidos com a liquidação de pessoa jurídica utilizada com o fim de praticar crimes ambientais e revertendo para ações de fiscalização ambiental os equipamentos e veículos confiscados.

PL-2546/1992 – senador Márcio Lacerda (PMDB/MT)
MESA
Data de apresentação: 20/3/1992

Ementa: Altera a redação do parágrafo 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Explicação: Equipara o Pantanal à Amazônia para fins de prioridade na aplicação dos recursos financeiros do fundo.

PL-3801/1989 – senador Francisco Rollemberg (PMDB/SE)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 4/10/1989
Ementa: Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e dá outras providências. Explicação: Proibe a utilização dos recursos do benefício fiscal em projeto agropecuário em terras da floresta primitiva da Amazônia e proibe a queimada para abertura de áreas para exploração de atividade agrícola ou pecuária.

Incentivos econômicos (fiscais, etc)

PL-5487/2009 - Poder Executivo
Comissão de Meio Ambiente
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-792/2007)
Data de apresentação: 24/6/2009
Ementa: Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências.

PL-4692/2009 – deputado Dr. Ubiali (PSB/SP)
Mesa Diretora da Câmara
Data de apresentação: 18/2/2009
Ementa: Cria o ICMS Ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências.

PL-3570/2008 – deputado Anselmo de Jesus (PT/RO)
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2223/2007)
Data de apresentação: 12/6/2008
Ementa: Altera o art. 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, modificando o inciso II do parágrafo segundo. Explicação: Estende a abrangência dos recursos da participação especial provenientes da extração do petróleo para que os produtores rurais utilizem práticas e tecnologias que contribuam para a manutenção e/ou recuperação da capacidade dos ecossistemas naturais de prestar serviços ambientais vinculados à regulação climática.

PL-2839/2008 – deputado Fernando Coruja (PPS/SC)
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Data de apresentação: 19/2/2008
Ementa: Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, possibilitando a movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para a compra de veículo novo. Explicação: Faculta ao trabalhador a movimentação do FGTS para substituir veículo automotor com 20 (vinte) anos de uso ou mais por veículo novo dotado de tecnologias menos poluidoras, reduzindo a agressão ao meio ambiente.

PL-5528/2009 – deputado Silas Câmara (PSC/AM)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-792/2007)
Data de apresentação: 1/7/2009
Ementa: Dispõe sobre o Programa Bolsa Floresta.

PL-3470/2008 - Dr. Talmir - PV/SP
Comissão Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

Data de apresentação: 28/5/2008
Ementa: Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

PL-2587/2007 – deputado Thelma de Oliveira (PSDB/MT)
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
Data de apresentação: 11/12/2007
Ementa: Altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981 e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Explicação: Estabelece a suspensão de transferências voluntárias aos entes da Federação que descumprirem normas ambientais.

PL-2364/2007 – deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1190/2007)
Data de apresentação: 6/11/2007
Ementa: Dispõe sobre a adoção do Programa de Crédito Ambiental de Incentivo aos Agricultores Familiares e Produtores Rurais - Crédito Verde, e dá outras providências.

PL-2296/2007 – deputado Dr. Paulo Cesar (PR/RJ)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2034/2007)
Data de apresentação: 25/10/2007
Ementa: Altera a Lei nº 7.990, de 1989, que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências". Explicação: Vincula 10% (dez por cento) dos recursos dos "royalties" em ações voltadas à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

PL-2248/2007 - deputado Fernando de Fabinho (DEM/BA)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-612/2007)
Data de apresentação: 17/10/2007
Ementa: Objetiva remontar o ciclo econômico das sacolas, ao obrigar os estabelecimentos com mais de 800m² e que quiserem continuar a distribuir embalagens, convencional ou biodegradável, a comprá-las de volta, pagando-as em alimentos, vale-compras ou em dinheiro.

PL-2223/2007 – deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)
Comissão de Minas e Energia
Data de apresentação: 17/10/2007
Ementa: Altera o art. 50, § 2º, inciso II da Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
Explicação: Destina recursos da participação especial na exploração de petróleo à preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais de qualquer natureza, e não somente os causados pelas atividades da indústria do petróleo.

PL-2161/2007 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 3/10/2007
Ementa: Dispõe sobre a "economia das florestas", instituindo o Programa de Apoio à Preservação de Florestas - PRÓ-FLORESTA.

PL-2034/2007 – Rogerio Lisboa - DEM/RJ
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Data de apresentação: 13/9/2007

Ementa: Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências". Explicação: Destina percentual dos royalties dos Estados e Municípios para aplicação exclusiva em educação, infra-estrutura, ações ambientais e ações para diversificação econômica e desenvolvimento da economia local.

PL-1999/2007 – deputado Angelo Vanhoni (PT/PR)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1190/2007)
Data de apresentação: 11/9/2007
Ementa: Institui o Programa Nacional de Recompensa Ambiental (PNRA) e dá outras providências.

PL-1920/2007 – deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-792/2007)
Data de apresentação: 30/8/2007
Ementa: Institui o Programa de Assistência aos Povos da Floresta - Programa Renda Verde.

PL-1667/2007 – deputado Fernando de Fabinho (DEM/BA)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-792/2007)
Data de apresentação: 2/8/2007
Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Natureza e dá outras providências.

PL-1409/2007 – deputado Beto Faro (PT/PA)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 26/6/2007
Ementa: Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências. Explicação: Concede redução de 85% (oitenta e cinco por cento) do imposto de renda à pessoa jurídica que desenvolva atividade produtiva tipificada como bens ambientais, na área de atuação da Sudam e da Sudene. Altera a Lei nº 11.196, de 2005.

PL-1190/2007 – deputado Antonio Palocci - PT/SP
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-792/2007)
Data de apresentação: 29/5/2007
Ementa: Cria o Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais - Programa Bolsa Verde, destinado à transferência de renda aos agricultores familiares, com condicionalidades.

PL-1166/2007 – deputado Uldurico Pinto (PMN/BA)
Comissão de Finanças e Tributação
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1062/2007)
Data de apresentação: 28/5/2007
Ementa: Institui incentivo fiscal para o controle biológico de pragas agrícolas ou de vetores de interesse para a saúde pública ou animal.

PL-1062/2007 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 15/5/2007
Ementa: Institui incentivo fiscal para o controle biológico de pragas agrícolas e de vetores de interesse para a saúde pública e animal.

PL-904/2007 – deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)
PLENÁRIO

Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1786/2003)
Data de apresentação: 26/4/2007
Ementa: Altera a legislação tributária, concede benefícios tributários ao papel reciclado, e dá outras providências. Explicação: Concede isenção do Pis/Pasep, da Cofins e do IPI nas operações de venda do papel reciclado, beneficiando inclusive as cooperativas de catadores de material reciclável. Altera as Leis nº 10.925, de 2004 e 4.502, de 1964.

PL-792/2007 – deputado Anselmo de Jesus (PT/RO)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 19/4/2007
Ementa: Dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências. Explicação: Define os serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços.

PL-522/2007 – deputado Beto Faro (PT/PA)
Comissão de Minas e Energia
Data de apresentação: 21/3/2007
Ementa: Altera as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com o propósito de definir a parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), destinada a projetos ambientais, e dá outras providências.

PL-324/2007 – deputado Augusto Carvalho - PPS/DF
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 7/3/2007
Ementa: Institui o Programa Nacional de Qualidade Ambiental e dá outras providências. Explicação: Institui a "licitação sustentável", para aquisição de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário proveniente de produção sustentável.

PL-323/2007 – deputado Brizola Neto (PDT/RJ)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 7/3/2007
Ementa: Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências". Explicação: Dispõe sobre a aplicação de recursos provenientes de royalties do petróleo, exclusivamente para educação, ações ambientais, energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação e saneamento básico.

PL-7695/2006 – deputado Ricardo Santos (PSDB/ES) e outros
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 20/12/2006
Ementa: Modifica a redação dos arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo. Explicação: Estabelece critérios para aplicação de recursos dos royalties e da participação especial da produção de petróleo em áreas de abrangência da SUDAM e da SUDENE e nos projetos finalísticos de criação e manutenção de unidades de conservação, nos Estados e Municípios onde ocorrer a produção de petróleo e gás natural.

PL-6686/2006 – deputado Vander Loubet (PT/MS)
MESA Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 7/3/2006
Ementa: Altera o art. 8º e parágrafos da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional.

PL-5974/2005 – senador Waldeck Ornelas (DEM-BA)
Apense-se a este o PL 5162/05
Data de apresentação: 29/9/2005
Ementa: Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais. IR Ecológico.

PL-3955/2004 – deputado José Santana de Vasconcellos (PR/MG)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 8/7/2004
Ementa: Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.

PL-3407/2004 – deputado João Campos (PSDB/GO)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2304/2003)
Data de apresentação: 27/4/2004
Ementa: Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelecendo o Balanço Social, nos termos em que especifica, como critério de desempate em licitações públicas.

PL-1618/2003 – deputado Mauro Passos (PT/SC)
Comissão de Minas e Energia
Data de apresentação: 5/8/2003
Ementa: Regulamenta a distribuição dos recursos financeiros provenientes da compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural na plataforma continental.

PL-1558/2003 – deputado Chico Alencar (PT/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1986/1999)
Data de apresentação: 29/7/2003
Ementa: Altera o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências."
Explicação: Estabelece requisitos para habilitação dos licitantes, incluindo a certidão negativa de execuções trabalhistas.

PL-4946/2001 – deputado Ronaldo Vasconcellos (PR/MG)
MESA
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1616/1999)
Data de apresentação: 1/8/2001
Ementa: Dispõe sobre a concessão de condições especiais de crédito para empresas que investirem na recuperação de águas usadas em seu processo de produção.

PL-4728/2001 – deputado José Carlos Coutinho (DEM/RJ)
MESA
Devolvida ao Autor
Data de apresentação: 22/5/2001
Ementa: Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.

PEC-200/2007 – deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)
Comissão de Constituição e Justiça
Tramitando em Conjunto (Apensada à PEC-159/2007)
Data de apresentação: 10/12/2007
Ementa: Altera a redação do art. 177 da Constituição Federal. Explicação: Destina recursos da Cide-Combustíveis para o pagamento de subsídios a preços ou transporte de biocombustíveis e ao Ministério do Meio Ambiente. Altera a Constituição Federal de 1988.

PEC-198/2007 – deputado André de Paula (DEM/PE)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 5/12/2007
Ementa: Acrescenta § 2º ao art. 161 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que o rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre os Municípios será feito a partir de indicadores que apontem as boas condições sanitárias e ambientais dos municípios, de políticas que fomentem a utilização de tecnologias mais adequadas aos ambientes natural e socioeconômico e de legislações que sinalizem o compromisso socioambiental da administração municipal. Altera a Constituição Federal de 1988.

Acordos internacionais

PDC-1618/2009 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
PLENÁRIO
Data de apresentação: 28/5/2009
Ementa: Aprova os textos das Resoluções MEPC 117 (52) e MEPC 118 (52) MEPC 132 (53), MEPC 141 (54), MEPC 143 (54), MEPC 154 (55), MEPC 156 (55) e MEPC 164 (56), adotadas por ocasião de realização das Sessões de nº 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios - MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional.

PDC-498/2008 – Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL
Coordenação de Comissões Permanentes
Data de apresentação: 19/3/2008
Ementa: Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência em Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

PDC-2629/2007 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PLENÁRIO
Data de apresentação: 10/1/2007
Ementa: Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.

PDC-2529/2006 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PLENÁRIO
Data de apresentação: 14/12/2006
Ementa: Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

PDC-2376/2006 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PLENÁRIO
Data de apresentação: 1/12/2006
Ementa: Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

PDC-1999/2005 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 1/12/2005
Ementa: Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003.

Flora

PL-4653/2009 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 12/2/2009
Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, prevendo sistema de registro dos desmatadores ilegais e medidas conexas.

PL-4099/2008 – deputada Rebecca Garcia (PP/AM)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1965/2007)
Data de apresentação: 8/10/2008
Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à destinação da madeira apreendida. Explicação: Estabelece normas para o leilão de madeira apreendida.

PL-4062/2008 – deputado Dr. Talmir (PV/SP)
Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 7/10/2008
Ementa: Acresce dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal), para exigir a autorização do Ibama para o corte de árvores, e dá outras providências

PL-3879/2008 – deputado Ernandes Amorim (PTB/RO)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 13/8/2008
Ementa: Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que "Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal FNDF; - altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro". Explicação: Estabelece a realização de estudo técnico para identificação de florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, antes de iniciado o processo de licitação.

PL-3170/2008 – deputado Takayama (PSC/PR)
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4842/1998)
Data de apresentação: 2/4/2008
Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), permitindo a retirada de folhas verdes ou secas com características farmacológicas comprovadas.

PL-3134/2008 – deputado Moreira Mendes (PPS/RO)
Data de apresentação: 31/3/2008
Ementa: Dispõe sobre o Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal (PNCC), e dá outras providências. Explicação: Estabelece critérios para organização do Cadastro Estadual Georreferenciado de Imóveis Rurais e a emissão de Certificado de Conservação Ambiental e Redução de Emissões. Altera as Leis nºs 7.797, de 1989; 10.336, de 2001 e 10.636, de 2002.

PL-2534/2007 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Data de apresentação: 4/12/2007
Ementa: Regula a Constituição e o funcionamento das entidades certificadoras de manejo florestal.

PL-2108/2007 – deputado Valtenir Pereira (PSB/MT)
Comissão de Constituição e Justiça

Data de apresentação: 25/9/2007
Ementa: Acrescenta o § 5º ao artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que "regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que trata do o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências". Explicação: Estabelece que o Plano de Manejo definirá as atividades desenvolvidas pelo visitante de Parque Nacional, bem como a obrigatoriedade de supervisão de guia especializado.

PL-891/2007 – Moises Avelino - PMDB/TO
Coordenação de Comissões Permanentes
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-231/2007)
Data de apresentação: 26/4/2007
Ementa: Dispõe sobre a proibição da derrubada e do uso predatório das palmeiras de coco babaçu e dá outras providências.

PL-231/2007 – deputado Domingos Dutra - PT/MA
Data de apresentação: 27/2/2007
Ementa: Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.

PL-2994/1997 – Jair Bolsonaro (PPB/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 16/4/1997
Ementa: Proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa.

PL-4017/1993 – senador Onofre Quinan (PMDB/GO)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 14/7/1993
Ementa: Proíbe a exportação de madeira bruta e dá outras providências Explicação: Exclui-se as madeiras oriundas de reflorestamento ou florestamento artificial, prevendo-se perda da mercadoria para os infratores, além das penalidades cabíveis.

PL-217/1987 – senador Louremberg Nunes Rocha (PTB/MT)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 12/3/1987
Ementa: Dispõe sobre a reposição florestal obrigatória, e dá outras providências

Uso do solo

PL-2048/2007 – deputado Marcelo Ortiz (PV/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 18/9/2007
Ementa: Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE.

PL-1301/2007 – deputado Valdir Colatto - PMDB/SC
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 12/6/2007
Ementa: Dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural.

PL-986/2007 – deputado Sarney Filho (PV/MA)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2795/2003)
Data de apresentação: 8/5/2007
Ementa: Proíbe a implantação de assentamentos rurais na Amazônia Legal.

PL-6728/2006 – deputado Manato (PDT/ES)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 14/3/2006
Ementa: Acresce dispositivos à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre a reforma agrária em terras públicas localizadas na faixa de fronteira.

PL-5487/2001 – senador Ademir Andrade (PSB/PA)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Data de apresentação: 4/10/2001
Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III,Título VII da Constituição Federal. Explicação: Dispõe que os imóveis onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas, em sua totalidade, sem qualquer indenização ao proprietário, independente das demais sanções cabíveis.

Legislação ambiental

PL-679/2007 – Bonifácio de Andrada - PSDB/MG.
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 10/4/2007
Ementa: Consolida a legislação ambiental brasileira.

Datas comemorativas e títulos

PL-5241/2009 – Janete Capiberibe (PSB/AP)
Comissão de Educação e Cultura
Aguardando Parecer
Data de apresentação: 19/5/2009
Ementa: Declara o ambientalista Chico Mendes patrono do meio ambiente brasileiro.
Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

PL-3459/2008 – deputado Chico Lopes (PCdoB/CE)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 27/5/2008
Ementa: Institui a Semana Nacional de Conscientização por um Consumo Sustentável e dá outras providências.

PL-1943/2007 – deputado Beto Faro (PT/PA)
Comissão de Minas e Energia
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1299/2007)
Data de apresentação: 4/9/2007
Ementa: Institui o Programa Brasileiro de Certificação Socioambiental dos Biocombustíveis - Cebio e dá outras providências. Explicação: Certifica com o selo azul o produto final das indústrias de biocombustíveis que atenderem aos critérios socioambientais exigidos.

PL-1654/2007 – deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)
Comissão de Educação e Cultura
Data de apresentação: 1/8/2007
Ementa: "Institui o Dia Nacional em Defesa da Orla Marítima". Explicação: A ser comemorado no dia 22 de novembro.

PL-412/2007 – senador Paulo Paim (PT/RS)

Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 14/3/2007
Ementa: Institui o Dia Nacional de reflexão do "Cantando as Diferenças" Explicação: A ser comemorado no dia 10 de agosto, buscando refletir sobre as diversidades nos aspectos sociais, culturais, individuais e do meio ambiente.

PL-7630/2006 – senador Jonas Pinheiro (DEM/MT)
MESA
Transformado em Norma Jurídica
Data de apresentação: 6/12/2006
Ementa: Institui o dia 18 de agosto como o "Dia Nacional do Campo Limpo".

PL-7554/2006 – deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-707/2003)
Data de apresentação: 8/11/2006
Ementa: Dispõe sobre o Selo de Qualidade Ambiental - SQA

PL-6608/2006 – deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ)
Data de apresentação: 8/2/2006
Ementa: Cria a Comenda do Mérito Ambiental.

PL-6262/2005 – senador Renato Casagrande (PSB/ES)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-707/2003)
Data de apresentação: 24/11/2005
Ementa: Institui o Selo de Qualidade Ambiental e dá outras providências. Explicação: Isentando do IPI os produtos cuja produção e utilização não degradem o meio ambiente.

PL-4873/2005 – Poder Executivo
MESA Transformado em Norma Jurídica
Data de apresentação: 9/3/2005
Ementa: Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB, e dá outras providências.

PL-690/2003 – deputado Luiz Bittencourt (PMDB/GO)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de apresentação: 8/4/2003
Ementa: Dispõe sobre a constituição de Comissões Internas de Qualidade Ambiental.

PL-3446/1997 – deputado Enio Bacci (PDT/RS)
Data de apresentação: 5/8/1997
Ementa: Cria a Semana de Educação Para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.

Infraestrutura

PL-4286/2008 – Lincoln Portela (PR/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2630/2007)
Data de apresentação: 12/11/2008
Ementa: Torna obrigatória a utilização de torneiras com dispositivos de fechamento automático em novas edificações.

PL-4285/2008 – deputado Lincoln Portela (PR/MG)
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2630/2007)
Data de apresentação: 12/11/2008
Ementa: Torna obrigatório o emprego, em toda nova edificação, de bacias sanitárias com caixas de descarga acopladas.

PDC-1144/2008 – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
PLENÁRIO
Data de apresentação: 21/11/2008
Ementa: Aprova a proposta de participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF, instituição financeira internacional

PL-2165/2007 – deputado Edigar Mão Branca (PV/BA)
Comissão de Finanças e Tributação
Data de apresentação: 3/10/2007
Ementa: Institui a Política Nacional de Reforma ou Construção de Habitações de Interesse Social

PL-6305/2005 – deputado Clóvis Fecury (DEM/MA)
Data de apresentação: 1/12/2005
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de audiências públicas, nos casos de abertura ou fechamento de estradas pavimentadas ou em leito natural.

PL-3576/2004 – deputado Carlos Nader (DEM/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 18/5/2004
Ementa: Estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais.

Resíduos sólidos

PL-4117/2008 – deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) – VER TRAMITAÇÃO
Mesa Diretora da Câmara
Data de apresentação: 14/10/2008
Ementa: Veda a importação de pneus usados, incluídos os reformados e inservíveis.

PL-3795/2008 – deputado Rebecca Garcia (PP/AM)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1724/1999)
Data de apresentação: 5/8/2008
Ementa: Obriga os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes ao recolhimento das mesmas para destinação adequada.

PL-2653/2007 – deputado Homero Pereira (PR/MT)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-7047/2006)
Data de apresentação: 18/12/2007
Ementa: Acresce incisos ao parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências". Explicação: Determina a integração e sensibilização da sociedade na gestão dos resíduos sólidos.

PL-2428/2007 – deputado Raul Henry (PMDB/PE)

PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4344/1998)
Data de apresentação: 13/11/2007
Ementa: Estabelece prazo de cinco anos a partir da publicação desta lei para o fim da produção e comercialização de pilhas não recarregáveis e dá outras providências.

PL-2138/2007 – deputado Vinicius Carvalho (PTdoB/RJ)
Comissão de Constituição e Justiça
Data de apresentação: 26/9/2007
Ementa: Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário. Explicação: Obriga a proteção dos vagões de transporte de minérios ou cargas a granel com lona.

PL-2115/2007 – deputado Filipe Pereira (PSC/RJ)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-2076/2007)
Data de apresentação: 25/9/2007
Ementa: Dispõe sobre a proibição dos estabelecimentos comerciais e industriais de descartarem óleo vegetal ou mineral na rede de esgotos ou junto ao meio ambiente natural.

PL-2074/2007 – deputado William Woo (PSDB/SP)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Data de apresentação: 19/9/2007
Ementa: Dispõe sobre a obrigação dos postos de gasolina, hipermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha e estabelecimentos similares de manter estruturas destinadas à coleta de óleo de cozinha usado e dá outras providências.

PL-2882/2008 – deputado Márcio França (PSB/SP)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 26/2/2008
Ementa: Dispõe sobre o prazo de validade em pilhas e baterias e dá outras providências.

PL-1494/2007 – deputado Edson Santos (PT/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-121/2003)
Data de apresentação: 4/7/2007
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do acondicionamento de qualquer material e dos resíduos sólidos em recipientes confeccionados com material oxi-biodegradável e dá outras providências. Explicação: Substituição de sacola ou saco de plástico tradicional confeccionado com resina sintética por material oxi-biodegradável. Altera a Lei nº 9.605, de 1998.

PL-5231/2005 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 12/5/2005
Ementa: Proíbe a importação de pneus usados em carcaça, recauchutados, recapados ou remoldados.

PL-4173/2004 – deputado Carlos Nader (PR/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 20/9/2004
Ementa: Veda o descarte de disquetes, "compact discs" e produtos similares em lixo doméstico ou comercial, dispõe sobre sua coleta e destinação adequada e dá providências correlatas.

PL-2440/2003 – deputado Jovino Cândido (PV/SP)
PLENÁRIO

Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4344/1998)
Data de apresentação: 6/11/2003
Ementa: Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e dá outras providências.

PL-2439/2003 – deputado Adelor Vieira (PMDB/SC)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 6/11/2003
Ementa: Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.

PL-121/2003 – deputado Leonardo Mattos (PV/MG)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 19/2/2003
Ementa: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus princípios, objetivos e instrumentos, e estabelece diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos. Explicação: Altera a Lei nº 9.605, de 1998.

PL-6080/2002 – deputado Feu Rosa (PSDB-ES)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 20/2/2002
Ementa: Dispõe sobre a coleta, seleção, tratamento e destinação do lixo urbano.

PL-5574/2001 – deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1259/1995)
Data de apresentação: 23/10/2001
Ementa: Estabelece normas para a destinação de pneumáticos usados.

PL-3606/2000 – deputado Ronaldo Vasconcellos (DEM/MG)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 4/10/2000
Ementa: Formula a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PL-4344/1998 – senador Flaviano Melo (PMDB/AC)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 23/3/1998
Ementa: Dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares, e dá outras providências.

PL-4178/1998 – senador Paulo Paim (PT/RS)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-4344/1998)
Data de apresentação: 18/2/1998
Ementa: Dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico. Explicação: Define lixo tecnologico aquele gerado a partir de aparelhos eletrodomesticos e seus componentes, incluindo os acumuladores de energia (bateria e pilha), e produtos magnetizados, de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços, que estejam em desuso e sujeito a disposição final.

PL-3750/1997 – deputado Fernando Gabeira (PV/RJ)

PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 22/10/1997
Ementa: Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências.
Explicação: Aumenta para vinte por cento a alíquota do IPI sobre sacos e sacolas de polietileno e garrafas de polietileno tereftalato (PET), e excetua as garrafas de pet fabricadas com material reciclado.

PL-1094/1995 – deputado Eduardo Jorge (PT/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 18/10/1995
Ementa: Dispõe sobre a moratória de 3 (três) anos para a instalação de incineradores de resíduos domésticos e industriais e dá outras providências.

PL-2932/1992 – deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1814/1991)
Data de apresentação: 11/6/1992
Ementa: Dispõe sobre a importação de resíduos industriais e dá outras providências Explicação: Proíbe a importação de resíduos, tóxicos ou não, quando estiverem proibidos o uso, o reprocessamento ou manipulação no país de origem ou já reciclados.

PL-449/2003 – deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-203/1991)
Data de apresentação: 19/3/2003
Ementa: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir um art. 13-A que proíbe a importação de bens usados e dá outras providências.

PL-203/1991 – senador Francisco Rollemberg (DEM/SE)
PLENÁRIO
Data de apresentação: 1/4/1991
Ementa: Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

PL-4131/1989 – deputado Fábio Feldmann (PSDB/SP)
PLENÁRIO
Tramitando em Conjunto (Apensada à PL-1814/1991)
Data de apresentação: 11/12/1989
Ementa: Exige autorização prévia do órgão ambiental para a importação de substâncias, materiais, produtos e resíduos que comportem risco para a vida , a qualidade de vida e para o meio ambiente Explicação: Cumpre o disposto no inciso V do art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Pagamento por serviços ambientais (ver incentivos)

* Essa seleção foi feita a partir de uma pesquisa no *site* da Câmara. A pesquisa foi realizada pelo sistema de busca da página. Foram procurados projetos cujas ementas tivessem relação com termos como meio ambiente, sustentabilidade, licenciamento ambiental, danos ambientais e outros. As categorias foram estabelecidas por este *site*. Pode haver, portanto, classificações diferentes para os projetos. Os dados foram colhidos até dia 24 de julho.